

Aprovado em reunião
de 19 FEV. 2016

INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação da câmara municipal datada de 21 de junho de 2012 relativa à aprovação do Projeto de Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, e autorizar o início ao procedimento para a elaboração d Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do referido regulamento, por um período de 10 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação, documento que constitui parte integrante da presente ata.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
de 19 FEV. 2016

N.º Propostas/2016/50

ASSUNTO:

Início do procedimento para a elaboração do Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António

CONSIDERANDO QUE:

- a) O turismo é a principal atividade económica do município de Vila Real de Santo António e constitui, sem dúvida, a base do desenvolvimento local. A importância do sector está patente no número de turistas que anualmente visitam o município, no número de dormidas e na dimensão da oferta de alojamento.
- b) Este elevado número de turistas, se promove, por um lado, o desenvolvimento económico local, tem, por outro, implicado uma sobrecarga significativa das infraestruturas públicas municipais, assim como tem exigido um esforço financeiro da autarquia que não é suscetível de se manter.
- c) Nos últimos anos foram criados diversos serviços municipais e estruturas orientadas para o turismo, beneficiando diretamente os operadores económicos do setor e os turistas em especial, cujos custos de instalação e funcionamento têm sido suportados exclusivamente pelo Município, nomeadamente no que se refere à manutenção de equipamentos e infraestruturas municipais tais como o Complexo desportivo ou à organização, promoção e divulgação de eventos de diferentes tipos, todos eles importantes fatores de atração de turistas ao município.
- d) O atual modelo de financiamento representa uma carga financeira excessiva para a autarquia e compromete a sustentabilidade das finanças públicas locais, pelo que, para reduzir a comparticipação pública nos custos associados aos equipamentos e atividades relacionadas com o turismo, se propõe a criação de uma taxa turística municipal em Vila Real de Santo António.
- e) A transparência na aplicação das receitas resultantes da cobrança desta taxa, será garantida através do envolvimento do Conselho Estratégico Municipal, órgão consultivo a criar no mês seguinte à entrada em vigor da taxa turística, constituído por representantes dos principais agentes de desenvolvimento do município e no seio do qual serão apresentadas e discutidas e as questões relevantes para o desenvolvimento económico e social do município.
- f) A criação da taxa turística em Vila Real de Santo António permitirá continuar a dinamização de um turismo de qualidade no município e assegurará a manutenção e o melhoramento das condições de vida e de visita a Vila Real de Santo António, isto é, o reforço da sua atratividade para que mais turistas visitem o município e aqui permaneçam durante mais tempo.
- g) Os serviços municipais assegurarão a divulgação, articulação e implementação da taxa, prestando todo o apoio às unidades de alojamento abrangidas.
- h) Por deliberações da câmara municipal, em 21 de junho de 2012, e da assembleia municipal, em 29 de junho de 2012, já havia sido aprovado o projeto de regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, tendo o mesmo sido alvo de publicação na 2.ª Série do Diário da República, n.º 143, em 25/07/2012, para efeitos de discussão pública.
- i) Não tendo sido publicada a versão final do regulamento e entendendo-se que o mesmo deveria sofrer pequenas alterações, nomeadamente, quanto ao número máximo de dormidas com aplicação da taxa turística, assim como, alargamento das idades de isenção da taxa a menores de idade;
- j) Passados que são quatro anos desde aquela publicação, deveria ser dada nova fase de audiência prévia de interessados, até porque, as regras de aprovação de regulamentos municipais foram



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

profundamente alteradas com a entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo;

k) Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no que diz respeito aos regulamentos, o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;

l) O disposto nos artigos 33.º n.º 1 alínea k) e 25.º n.º 1 alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- 1 - Revogar a deliberação da câmara municipal datada de 21 de junho de 2012 relativa à aprovação do Projeto de Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António.
- 2 - Dar início ao procedimento para a elaboração do Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do referido regulamento, por um período de 10 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação.

Vila Real de Santo António, 16 de Fevereiro de 2016

P) O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes